



CAMARATE · UNHOS · APELAÇÃO
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

FENPROF
ALVARÃO
10 OUT. 2014
Entrada Nº 657

3162

FENPROF
Federação Nacional de Professores

Rua Fialho de Almeida, 3

1070-128 LISBOA

Vossa Referência

Nossa Referência
Ofício nº. **110-Circular**

Data
7 de outubro 2014

Assunto: **ENVIO DE MOÇÕES**

Serve o presente para em anexo enviar, a fim de V. Ex.^a tomar conhecimento, a moção aprovada em sessão desta Assembleia de Freguesia, realizada no passado dia 29 de setembro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia de Freguesia

Viriato António Morais Cabeça Branca
Viriato António Morais Cabeça Branca

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS
CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO
Largo Eng.º Armando Bandeira Vaz, 5
Apartado 1065 - 2681-901 CAMARATE
Telef. 219 484 160 Fax: 219 470 459

Moção

O início do ano lectivo 2014/2015 e a situação da Escola Pública

Por todo o país o ano lectivo 2014/2015 começou com graves problemas, a diversos níveis, desde o cerca de meio milhão de alunos que ainda não têm aulas ou todas as aulas, com reflexos nas escolas, famílias e na sua aprendizagem, aos vários milhares de docentes por colocar, após um concurso de colocação atabalhado, com critérios duvidosos e pouco claros e que levaram à situação actual, prejudicando muitos milhares de docentes e criando situações claras de injustiça, passando pelo elevado número de assistentes técnicos e operacionais em falta nas escolas, pelos problemas nas instalações escolares agravados, incluindo em algumas escolas que albergaram alunos transferidos de escolas que encerraram e que não tinham condições objectivas para os receber e pelos problemas ao nível de transportes escolares e refeições.

Neste processo, os professores e os educadores foram tratados pelo Ministério da Educação sem o respeito e a dignidade que devem merecer. Esta situação resulta em parte de incompetência, mas sobretudo da política de cortes e de ataque à Escola Pública, a qual já levou a que entre 2011 e 2014 o corte no financiamento do Ensino Básico e Secundário fosse de 1330 milhões de euros e, no Ensino Superior, entre 2010 e 2014, de 330 milhões de euros.

Esta situação insere-se num conjunto de medidas desvalorizadoras da Escola Pública, contrariando as necessidades de desenvolvimento económico, social e cultural do povo e do país onde, entre outras, se incluem o fim da gestão democrática das escolas, a criação de mega-agrupamentos, o encerramento de escolas, o aumento do número de alunos por turma, a reorganização curricular e o despedimento de mais de 25 mil professores desde 2011, a falta de apoio, discriminando milhares de alunos com necessidades educativas especiais, a degradação da acção social escolar, a transferência de responsabilidades para as autarquias sem o correspondente financiamento, criando situações de desigualdade objectiva.

Também na nossa freguesia há graves reflexos destas políticas nas escolas e Jardins-de-infância, com muitos alunos ainda sem todos os professores.

Em sentido inverso, atento à situação e à degradação das condições sociais de muitas famílias a Câmara de Loures, no âmbito das suas competências, tomou um conjunto de medidas no sentido de melhorar as condições de educação e ensino, por forma a reduzir o abandono e absentismo escolar e melhorar o sucesso educativo das crianças e jovens do concelho. Investiu na melhoria das condições das escolas, no serviço de refeições e transportes, na colocação de equipas multidisciplinares para detecção precoce de situações que necessitem de apoio, na comunicação e acompanhamento dos agrupamentos de escolas por parte do município. Estas acções demonstram de modo inequívoco que a Educação é uma efectiva prioridade em Loures.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação, na sua reunião de 29 de Setembro de 2014, delibera:

- **Expressar** ao Sr. Ministro o seu desacordo com todo este processo de colocação de professores, dado que o reconhecimento de erros e o pedido de desculpas apresentado não é suficiente, sendo necessário agir bem e no respeito por professores, funcionários, pais e alunos e rapidamente corrigir os erros.
- **Recordar** que, apesar dos extraordinários ganhos obtidos com a Escola Pública (a quase erradicação do analfabetismo; oferta generalizada da educação pré-escolar; criação de contextos de inclusão educativa; redução significativa de das taxas de insucesso e abandono escolar; sucessivos alargamentos da escolaridade obrigatória; acesso de muitos milhares de jovens ao ensino superior), ainda há muito a fazer pois Portugal ainda está nos níveis mais baixos dos índices escolares entre os países da OCDE.
- **Afirmar** a necessidade de defender a escola pública, garantindo o acesso à Educação para todos, nos termos definidos pela Constituição da República Portuguesa.

Apelação, 29 de Setembro de 2014

Os Eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação

A ser aprovada, esta moção deve ser enviada:

- Presidente da República
- Primeiro-Ministro
- Ministro da Educação
- Todos os Agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho
- Todas as Associações de Pais e Encarregados de Educação do concelho
- Federação Nacional dos Professores (FENPROF)
- Federação Nacional da Educação (FNE)
- Órgãos de Comunicação Social